



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '07', Tipo 004

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-004

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Michel Foucault, filósofo francês, dedicou-se à reflexão entre poder e conhecimento.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Escolha ética do sujeito

*Afirma o psiquiatra e terapeuta suíço Carl Gustav Jung, em seu livro **Memórias, sonhos e reflexões**: “Quando se toca no mal, corre-se o risco iminente de se sucumbir a ele. O homem, de um modo geral, não deve sucumbir nem mesmo ao bem. Um pretensão bem ao qual se sucumbe perde seu caráter moral, não porque tenha se tornado um mal em si, mas porque simplesmente se sucumbiu a ele.”*

Nessa passagem Jung faz compreender a condicionante decisiva desse especial e mais grave “sucumbir” que nos vitima: nossa submissão sem volta a um campo de julgamento em que os valores já estão firmados e cristalizados em polarizações mecânicas.

Para Jung, o bem e o mal “constituem, juntamente, um todo paradoxal”. E continua: “o indivíduo [...] procura ansiosamente as regras e as leis exteriores às quais possa ater-se cegamente nos momentos de perplexidade”. E lembra ele que é comum atribuir a essas regras e leis exteriores a qualificação definitiva de “fatos”, antes mesmo de qualquer busca de comprovação.

Pode parecer-nos oportuno abandonar, por exemplo, a complexidade dos desafios do nosso tempo para nos submetemos à ideologia mais confortável e simplificadora, à qual passamos a nos agarrar sem sombra de reflexão mais séria. Escolhemos aquilo que nos parece mais natural, mais fácil. No entanto, antes de julgar o valor da específica escolha adotada no cardápio vicioso de valores já assentados, Jung considera, assim, o malefício fundamental do nosso acatamento irrefletido de uma escolha que, a rigor, sequer chegamos a escolher.

(Silvério Tárrega, a editar)

1. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) Devem-se aprimorar nas escolhas a serem feitas o critério moral que melhor possa sustentá-las.
 - (B) Cuidam de agir de acordo com sua consciência crítica aqueles a quem só anima uma reflexão isenta.
 - (C) Estendem-se aos seres humanos a possibilidade de resistirem aos valores morais extremos.
 - (D) Cuidarão bem de suas escolhas, em variadas circunstâncias, quem sobre elas refletir seriamente.
 - (E) Não haverão cautelas suficientes para chegar a bons resultados quem não tenha consciência das escolhas.

2. Ao considerar os valores a que podemos sucumbir, Jung considera que
 - (A) a mais grave das submissões está em nos resignarmos a acatar irrefletidamente normas externas de conduta.
 - (B) nos momentos de perplexidade devemos avaliar a possibilidade de se escolher com ligeireza entre o bem e o mal.
 - (C) só os parâmetros marcadamente benévolos podem ser aceitos por nós sem qualquer restrição.
 - (D) a submissão ao mal é uma característica de quem não avaliou as vantagens inequívocas do bem.
 - (E) para virmos a adotar qualquer atitude ética precisamos confiar na nossa capacidade intuitiva.

3. A complexa e contraditória moral do homem pode ser deduzida da seguinte passagem do texto:
 - (A) *nos submetemos à ideologia mais confortável e simplificadora.*
 - (B) *nosso acatamento irrefletido de uma escolha.*
 - (C) *Quando se toca no mal, corre-se o risco iminente de se sucumbir a ele.*
 - (D) *nossa submissão sem volta a um campo de julgamento em que os valores já estão firmados.*
 - (E) *o bem e o mal “constituem, juntamente, um todo paradoxal”.*

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *sem sombra de reflexão mais séria* (4º parágrafo) = à margem de uma revelação menos sombria.
 - (B) *acatamento irrefletido de uma escolha* (4º parágrafo) = sujeição da crítica a uma única opção.
 - (C) *risco iminente de se sucumbir* (1º parágrafo) = perigo transitório de se deixar tentar.
 - (D) *compreender a condicionante decisiva* (2º parágrafo) = dar-se conta da cláusula determinante.
 - (E) *às quais possa ater-se cegamente* (3º parágrafo) = nas quais tenha fé de modo irresoluto.



5. É gramaticalmente regular a substituição proposta para o elemento sublinhado na frase:
- (A) *leis exteriores às quais possa ater-se* = das quais possa fixar-se.
 - (B) *é comum atribuir a essas regras* = delegar nessas
 - (C) *à qual passamos a nos agarrar* = mediante a qual
 - (D) *Um pretense bem ao qual se sucumbe perde seu caráter moral* = pelo qual se é deixado levar.
 - (E) (...) *desse especial e mais grave "sucumbir" que nos vitima* = de cujo somos vítimas.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Sobre a tranquilidade da alma

Há desejos nossos que não devem ser levados para muito longe de nós; permitamos-lhes, então, que saiam apenas para as proximidades, de vez que não podem ser totalmente domesticados. Abandonando aquilo que não pode acontecer, ou que só muito dificilmente poderia estar ao nosso alcance, sigamos as coisas próximas que favorecem nossa esperança. Saibamos, no entanto, que essas coisas mais junto de nós podem ser levianas, e embora tenham por fora diversas faces, por dentro são igualmente vãs.

E não invejemos as criaturas que estão mais alto: o que parece altura é também precipício. Aqueles, pelo contrário, aos quais uma sorte iníqua conduziu a uma encruzilhada, mais seguros estarão diminuindo sua soberba nas coisas que naturalmente levam à altivez orgulhosa de si.

Muitos, na verdade, existem imperiosamente atados às alturas, e de lá não podem descer a não ser caindo. Nada, todavia, nos livrará das flutuações da alma como o saber fixar sempre um limite às ambições, sem deixá-las ao arbítrio da fortuna, assim como deter-nos a nós mesmos diante das promessas vertiginosas. Ainda que venham a excitar a alma, ou por isso mesmo, alguns dos nossos desejos, uma vez limitados, não avançarão temerariamente às regiões do que é imenso e incerto.

Vejam: é aos imperfeitos, medíocres e insensatos que se dirigem esses meus preceitos, não ao sábio. O sábio não precisa caminhar com timidez, pé ante pé: ele tem tanta confiança em si mesmo e em seus recursos que não hesita em sair ao encontro do seu destino. Não tem, por isso, que temê-lo; aprendeu a viver sabendo o que pertence ao rol das coisas precárias e o que, estando ao seu alcance, cumpre-lhe guardar como seu.

(Adaptado de SÊNECA. **Sobre a tranquilidade da alma**. Trad. José Rodrigues Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 1994, p. 51)

6. Ao final do texto, Sêneca explica que seus preceitos se dirigem aos imperfeitos, medíocres e insensatos, porque acredita que
- (A) os sábios já divisam dentro de si mesmos o que lhes cabe limitar para poderem cumprir seu destino.
 - (B) um homem sábio crê que as coisas precárias existem para se curvarem ao sentimento da ambição.
 - (C) as pessoas de má instrução necessitam mais do que as outras das luzes iluminadoras dos ideais humanos.
 - (D) as virtudes que ele apregoa visam à conversão de quem não sabe valorizar a ambição humana.
 - (E) os demais homens já renunciaram aos altos ideais, conformando-se sabiamente com a fatalidade das coisas vãs.
7. Ao valorizar positivamente o senso que cada um de nós deve ter de seus próprios limites, Sêneca não deixa de relativizar essa virtude, ao nos advertir:
- (A) *mais seguros estarão diminuindo sua soberba* (2º parágrafo).
 - (B) *Muitos, na verdade, existem imperiosamente atados às alturas* (3º parágrafo).
 - (C) *desejos nossos que não devem ser levados para muito longe de nós*. (1º parágrafo).
 - (D) *essas coisas mais junto de nós podem ser levianas* (1º parágrafo).
 - (E) *não invejemos as criaturas que estão mais alto* (2º parágrafo).



8. Ainda que venham a excitar a alma, alguns dos nossos desejos não serão contemplados.

A adequada correlação entre os tempos e os modos da frase acima estará mantida nesta outra configuração, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) tivessem excitado – não contemplarão.
- (B) tenham excitado – não terão sido contemplados.
- (C) viessem a excitar – não tinham sido contemplados.
- (D) excitassem – não foram contemplados.
- (E) excitem – não teriam contemplado.

9. *E não invejemos as criaturas que estão mais alto: o que parece altura é também precipício.*

Numa nova redação, a frase acima manterá sua correção e sua coerência caso se substitua o segmento sublinhado por:

- (A) a precipitação supõe a maior altura.
- (B) o precipício ilude quanto à sua altura.
- (C) assemelha-se ao que é alto tudo o que pode cair.
- (D) precipita-se de tão alto quanto parecia ser.
- (E) a ilusão da altura leva à grande queda.

10. É plenamente regular a pontuação da frase:

- (A) Entendendo nossa alma, como uma região de flutuações íntimas, deveríamos atentar sempre, para evitar tais dissipações.
- (B) É imperioso nesse texto, considerar que o destino impõe-se a nós, com a severidade de quem é forte, diante do fraco.
- (C) Estarão mais seguros aqueles que, com sensatez, avaliarem a força de seus limites, uma vez desafiados pelo destino.
- (D) Coube a Sêneca transmitir, aos seus contemporâneos, lições de virtudes que surpreendentemente, atravessaram os séculos.
- (E) Talvez Sêneca se incluía, entre os sábios confiantes nos preceitos que nos desviam da tentação do inalcançável.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

11. Considere:

- I. Prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho.
- II. Provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.
- III. Oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, exceto atitudinais.
- IV. Articulação intersetorial das políticas públicas.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas determinadas diretrizes. Sobre tais diretrizes, está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.



12. Os parques públicos, possuidores não só de belas paisagens vegetais, como de equipamentos de lazer e brinquedos, constituem grande atrativo à população. A Lei nº 10.098/2000 exige que uma porcentagem mínima de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes em vias públicas, parques e demais espaços de uso público devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. A porcentagem mínima mencionada e que deve ser observada, portanto, nos parques públicos corresponde a
- (A) 15%.
 - (B) 3%.
 - (C) 5%.
 - (D) 2%.
 - (E) 10%.

Inteligência Artificial e Inovação

13. Durante a elaboração de uma nova solução para triagem de processos no Poder Judiciário, a equipe de inovação propõe o uso de um modelo de linguagem de larga escala, capaz de interpretar textos jurídicos extensos, gerar resumos automáticos e classificar informações para facilitar a decisão humana. Com base nos conceitos de inteligência artificial (IA) e considerando o papel de diferentes sistemas, essa proposta caracteriza o uso de
- (A) um modelo de linguagem de larga escala, especializado em processamento e compreensão de linguagem natural.
 - (B) um agente de IA voltado à mediação de tarefas cognitivas, com ênfase em respostas interativas e execução de comandos baseados em linguagem natural.
 - (C) um sistema baseado em regras fixas, capaz de extrair trechos padronizados de documentos, mas com capacidade contextual de interpretação ou síntese textual limitada.
 - (D) um sistema de IA generativa treinado para sintetizar textos a partir de conteúdos jurídicos, com foco em apoio à tomada de decisão e ausência de geração autônoma de novos dados.
 - (E) uma arquitetura de IA especializada em rotinas de classificação binária, estruturada com base em regras de decisão previamente parametrizadas.
14. Durante a implantação de sistemas de inteligência artificial em apoio à tramitação processual, a equipe de inovação tecnológica do Poder Judiciário é orientada a observar os princípios estabelecidos pela Resolução CNJ nº 332/2020. Nessa perspectiva, o uso de sistemas de IA no âmbito judicial deve ser conduzido de modo que
- (A) promova o uso de algoritmos com desempenho eficiente, ainda que desprovido de mecanismos nativos de interpretação de resultados pelos usuários.
 - (B) restrinja o desenvolvimento de soluções próprias em favor da adoção de tecnologias consolidadas no setor privado, com foco na padronização externa.
 - (C) favoreça soluções com alto grau de autonomia operacional, mesmo que a supervisão humana se restrinja a fases finais do processo.
 - (D) adote sistemas com foco na automação de decisões técnicas, reduzindo a necessidade de validação constante por profissionais do direito.
 - (E) garanta a transparência dos procedimentos e preserve os direitos fundamentais dos jurisdicionados.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

15. A Agenda 2030 da ONU é um plano global para se alcançar, em 2030, um mundo melhor para todos os povos e nações. A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. A esse respeito, o
- (A) ODS 4 propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, com metas específicas para ampliar o acesso à educação em todos os níveis.
 - (B) ODS 1 foca exclusivamente na erradicação da fome e na segurança alimentar, não abordando outras dimensões da pobreza como acesso a serviços básicos ou proteção social.
 - (C) ODS 6, sobre água e saneamento, limita-se a estabelecer metas para o acesso à água potável e saneamento básico em áreas urbanas, não se aplicando às áreas rurais.
 - (D) ODS 5, sobre igualdade de gênero, aborda exclusivamente o combate à violência física contra mulheres, não contemplando aspectos como participação política, empoderamento econômico ou discriminação no ambiente de trabalho.
 - (E) ODS 13, referente às mudanças climáticas, estabelece metas apenas para países industrializados, isentando países em desenvolvimento de compromissos com a redução de emissões de gases de efeito estufa.



16. Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma emergência climática sem precedentes, evidenciando os impactos devastadores da mudança climática em nível local e global. Diante desse cenário alarmante, torna-se imperativo que o Brasil intensifique seus esforços para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Nesse contexto, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, estabelece diretrizes fundamentais para a ação governamental e a mobilização da sociedade em busca de um desenvolvimento sustentável e resiliente, sendo que a referida lei estabelece que
- (A) os princípios da precaução e da prevenção não se aplicam à PNMC, que adota exclusivamente o princípio do poluidor-pagador como base para suas ações.
 - (B) todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
 - (C) a participação da sociedade civil no desenvolvimento e implementação da PNMC é restrita aos especialistas acadêmicos, não sendo permitida a contribuição de outros setores da sociedade.
 - (D) as empresas de pequeno porte estão isentas de adotar medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa, sendo estas obrigações aplicáveis apenas às grandes corporações.
 - (E) o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), previsto na lei, é o único instrumento econômico disponível para a implementação da PNMC, não sendo permitida a utilização de outros mecanismos financeiros.

Noções de Direito Administrativo

17. Uma das hipóteses de não conhecimento do recurso administrativo, prevista na Lei nº 9.784/1999, se dá quando o recurso foi interposto perante órgão incompetente. Nesse caso, consoante dispõe a mencionada lei,
- (A) será indicada ao recorrente a autoridade competente, de modo a instruí-lo do correto trâmite procedimental, todavia, não haverá devolução de prazo para recurso.
 - (B) poderá a Administração rever de ofício o ato ilegal, independentemente de ocorrida preclusão administrativa.
 - (C) estará a Administração impedida de rever de ofício o ato ilegal, ainda que não ocorrida preclusão administrativa.
 - (D) será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
 - (E) o não conhecimento do recurso inviabiliza nova interposição recursal, haja vista o equívoco cometido pelo recorrente, não cabendo à Administração indicar ao recorrente a autoridade competente na hipótese.
18. Considere a seguinte situação hipotética: Xisto é Prefeito de determinado Município do Estado do Rio Grande do Sul e está sendo processado pela prática de ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário. Na petição inicial, o Ministério Público, autor da ação, enquadrou a conduta de Xisto em um dos incisos do artigo 10, da Lei nº 8.429/1992. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), caso Xisto seja condenado, uma das sanções passíveis de lhe ser aplicada, dentre outras, é o pagamento de multa civil
- (A) equivalente a 2 vezes o valor do dano, podendo ser aumentada até o triplo, em virtude da gravidade do ato praticado, independentemente da situação econômica do réu.
 - (B) equivalente ao valor do dano, podendo ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
 - (C) de até 12 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, podendo ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
 - (D) de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, podendo ser aumentada até o dobro, em virtude da gravidade do ato praticado, independentemente da situação econômica do réu.
 - (E) equivalente ao valor do dano, não podendo ser aumentada em nenhuma circunstância, haja vista expressa disposição legal nesse sentido.
19. Considere a seguinte situação hipotética: Atena, servidora pública do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi eleita Deputada Federal. Nesse caso, está afastada de seu cargo público, exercendo o referido mandato eletivo. Nos termos preconizados pela Constituição Federal, apesar do afastamento, o tempo em que Atena está exercendo o mandato eletivo
- (A) não será computado para quaisquer efeitos legais, por disposição expressa da Constituição Federal nesse sentido.
 - (B) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento e para benefício previdenciário.
 - (C) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (D) será contado para todos os efeitos legais, sem qualquer exceção.
 - (E) será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.
20. Ares e Zeus são servidores públicos federais há dez anos. Em fevereiro de 2025, ambos praticaram condutas vedadas, conforme preceitua a Lei nº 8.112/1990. Ares revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo, e Zeus acumulou ilegalmente dois cargos públicos. Nos termos da mencionada Lei nº 8.112/1990,
- (A) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de demissão e a de Zeus à penalidade de advertência.
 - (B) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de advertência e a de Zeus à penalidade de suspensão.
 - (C) ambas as condutas estão sujeitas à penalidade de advertência.
 - (D) a conduta de Ares está sujeita à penalidade de advertência e a de Zeus à penalidade de demissão.
 - (E) ambas as condutas estão sujeitas à penalidade de demissão.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

Atenção: Para responder às questões de números 21 e 22, utilize as informações abaixo.

A empresa *Reservas Amplas S.A.* aplicou em ativos financeiros, no dia 31/12/2023, o valor total de R\$ 1.440.000 e classificou-os conforme a seguinte tabela:

Classificação dos títulos	Valor aplicado em 31/12/2023 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	600.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	840.000

Todas as aplicações remuneraram juros compostos de 14% ao ano e os valores justos desses títulos no mercado, em 31/12/2024, eram os seguintes:

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/12/2024 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	630.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	920.000

21. O impacto no resultado evidenciado na Demonstração do Resultado de 2024 da empresa *Reservas Amplas S.A.*, decorrente exclusivamente das duas aplicações realizadas em 31/12/2023, foi, em reais,
- (A) 147.600.
 (B) 84.000.
 (C) 201.600.
 (D) 110.000.
 (E) 164.000.
-
22. O valor acumulado total dos dois títulos que deveria ser apresentado no Balanço Patrimonial da empresa *Reservas Amplas S.A.*, em 31/12/2024, era, em reais:
- (A) 1.604.000.
 (B) 1.470.000.
 (C) 1.587.600.
 (D) 1.550.000.
 (E) 1.641.600.

Atenção: Para responder às questões de números 23 e 24, utilize as informações abaixo.

O valor do Patrimônio Líquido da empresa *Em Evolução S.A.*, no Balanço Patrimonial de 01/01/2022, era R\$ 48.000.000, e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era, na mesma data, R\$ 120.000.000. A empresa *Totalmente Evoluída S.A.* adquiriu, nesta data, 80% das ações da empresa *Em Evolução S.A.*, pagando R\$ 80.000.000 à vista e passando a deter o seu controle. A diferença entre o valor contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrente de um terreno adquirido em 2019 e de um ativo intangível sem vida útil definida identificado na data de aquisição.

No período de 01/01/2022 a 31/12/2022, a empresa *Em Evolução S.A.* reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido, com os valores expressos em reais:

- Lucro líquido de 2022 8.000.000
- Proposta e pagamento de dividendos 2.000.000

23. Nas demonstrações contábeis individuais da empresa *Totalmente Evoluída S.A.*, o valor evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, referente exclusivamente às ações adquiridas da empresa *Em Evolução S.A.* foi, em reais,
- (A) 102.400.000.
 (B) 484.800.000.
 (C) 100.800.000.
 (D) 86.400.000.
 (E) 43.200.000.



24. Nas demonstrações contábeis individuais da empresa *Totalmente Evoluída S.A.*, o impacto total evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2022, referente exclusivamente às ações adquiridas da empresa *Em Evolução S.A.* foi, em reais,
- (A) 35.200.000, negativo.
 - (B) 20.800.000, positivo.
 - (C) 22.400.000, positivo.
 - (D) 6.400.000, positivo.
 - (E) 4.800.000, positivo.

25. Uma máquina industrial foi adquirida, com pagamento à vista, pelo valor de R\$ 20.400.000. A aquisição ocorreu em 30/11/2021 e a máquina entrou em operação em 01/01/2022. A empresa definiu a vida útil da máquina em 20 anos e o valor residual estimado para venda no final deste prazo em R\$ 1.200.000. No final do ano de 2022, a empresa redefiniu a vida útil remanescente da máquina para 15 anos, em função de mudança na sua política de substituição dos bens do ativo imobilizado, e alterou o valor residual estimado para R\$ 1.440.000. Sabendo que a empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil da máquina evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi, em reais,
- (A) 16.845.000.
 - (B) 17.556.000.
 - (C) 17.040.000.
 - (D) 17.520.000.
 - (E) 16.560.000.

26. No dia 01/12/2023 as vendas de mercadorias realizadas pela empresa *Comercial Completa S.A.* foram:

- Vendas à vista no valor de R\$ 10.000.000.
- Vendas a prazo no valor de R\$ 15.600.000 para ser recebido integralmente em 01/12/2025.

A taxa de juros praticada pela empresa nesta data para as vendas a prazo era 1,099% ao mês, que correspondia a 30% em 2 anos.

O valor líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa *Comercial Completa S.A.* para o saldo a receber das vendas efetuadas em 01/12/2023 foi, em reais:

- (A) 15.600.000.
- (B) 25.881.344.
- (C) 12.131.880.
- (D) 15.771.444.
- (E) 12.000.000.

27. Analisando os controles internos de uma empresa, foram obtidas as seguintes informações referentes ao exercício de 2023, com valores expressos em reais:

▪ Lucro na alienação de investimentos	200.000
▪ Aumento do capital social.....	4.000.000
▪ Perdas na conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior	400.000
▪ Lucro líquido do exercício.....	2.800.000
▪ Distribuição de dividendos.....	840.000
▪ Ajuste de avaliação patrimonial (positivo) decorrente de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (líquido de tributos)	320.000

Na demonstração do resultado abrangente do exercício de 2023, o valor do resultado abrangente apurado foi, em reais,

- (A) 2.720.000.
- (B) 3.120.000.
- (C) 1.880.000.
- (D) 2.920.000.
- (E) 2.080.000.



28. A Demonstração do Resultado de 2022 da empresa *Consciência Social S.A.* é apresentada a seguir:

Consciência Social S.A.	
Demonstração do Resultado – 01/01/2022 a 31/12/2022	
Receita Bruta de Vendas.....	31.200.000
(-) Impostos sobre vendas.....	(8.400.000)
(=) Receita Líquida.....	22.800.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas.....	(13.200.000)
(=) Lucro Bruto	9.600.000
(-) Despesa de depreciação	(1.600.000)
(-) Despesas com pessoal.....	(600.000)
(-) Despesas gerais	(200.000)
(=) Lucro antes de impostos	7.200.000
(-) IR e CSLL	(2.140.000)
(=) Lucro Líquido	5.060.000

O valor dos tributos recuperáveis não contabilizados no custo dos estoques, referentes exclusivamente aos produtos que foram vendidos no ano de 2022, era R\$ 1.920.000. As despesas gerais referem-se a serviços prestados por terceiros para a empresa.

O Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa, no ano de 2022, foi, em reais,

- (A) 14.480.000.
- (B) 9.600.000.
- (C) 16.400.000.
- (D) 18.000.000.
- (E) 16.080.000.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

29. Uma entidade pública adquiriu no exercício financeiro de 2024 um veículo pelo custo total de R\$ 126.000 e com valor residual estimado de R\$ 6.000. O veículo foi reconhecido inicialmente ao custo e o seu uso foi iniciado no exercício financeiro de 2024. A vida útil estimada é de 4 anos. De acordo com a NBC TSP 07, o valor da depreciação mensal do veículo deve ser, em R\$, de

- (A) 2.625, caso a mensuração após o reconhecimento ocorra pelo modelo do custo e adote-se o método de depreciação linear.
- (B) 0 (zero), caso a mensuração após o reconhecimento ocorra pelo modelo do custo, no qual não se registra a depreciação para o ativo imobilizado.
- (C) 0 (zero), caso a mensuração após o reconhecimento ocorra pelo modelo da reavaliação, no qual não se registra a depreciação para o ativo imobilizado.
- (D) 2.625, caso a mensuração após o reconhecimento ocorra pelo modelo da reavaliação e adote-se o método de depreciação linear.
- (E) 2.500, caso a mensuração após o reconhecimento ocorra pelo modelo do custo e adote-se o método de depreciação linear.

30. Uma entidade pública adquiriu um notebook pelo valor total de R\$ 5.000. A nota fiscal indica que R\$ 4.000 corresponde ao preço da parte física do notebook e R\$ 1.000 corresponde ao sistema operacional, considerado parte integrante do referido notebook. De acordo com a NBC TSP 07 e 08, a entidade deve realizar o reconhecimento inicial do valor do notebook, em R\$, por

- (A) 1.000 como ativo intangível e por 4.000 como ativo imobilizado.
- (B) 1.000 como despesa e por 4.000 como ativo imobilizado.
- (C) 5.000 como ativo imobilizado.
- (D) 5.000 como ativo intangível.
- (E) 5.000 como despesa.



31. Acerca das características qualitativas da informação incluídas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), a NBC TSP Estrutura Conceitual determina que
- (A) a característica qualitativa da Verificabilidade é caracterizada por avaliar se a omissão ou distorção de informações pode influenciar os objetivos de elaboração dos RCPG ou as decisões tomadas pelos usuários desses relatórios.
 - (B) a materialidade, a comparabilidade, a tempestividade e o custo-benefício são restrições acerca da informação incluída nos RCPG, servindo para avaliar em que medida os produtores das informações devem privilegiar uma ou outra característica qualitativa.
 - (C) elas possuem uma relação hierárquica, sendo divididas em características qualitativas fundamentais (Relevância e Representação Fidedigna) e de melhoria (Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade).
 - (D) pode haver variação no grau que as características qualitativas podem ser alcançadas, dependendo do nível de incerteza e de avaliação subjetiva envolvido na compilação das informações financeiras e não financeiras.
 - (E) a característica qualitativa da Relevância requer que a informação incluída seja completa, neutra e livre de erro material do fenômeno que pretende representar.
-
32. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil da reversão integral de provisão envolve um
- (A) crédito em conta contábil de Variação Patrimonial Aumentativa.
 - (B) crédito em conta contábil do Patrimônio Líquido.
 - (C) débito em conta contábil do Ativo.
 - (D) débito em conta contábil de Variação Patrimonial Diminutiva.
 - (E) crédito em conta contábil do Passivo.
-
33. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a contabilização da assinatura de um contrato para a realização de uma parceria público-privada deve ser realizada através de contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes às classes
- (A) 1 e 3.
 - (B) 7 e 8.
 - (C) 2 e 3.
 - (D) 5 e 6.
 - (E) 1 e 4.
-
34. Em 31/12/2024, uma entidade pública realizou o teste de redução ao valor recuperável de um imóvel com valor líquido contábil de R\$ 400.000. Para isso, foi determinado que o valor justo líquido de despesas de venda do imóvel era de R\$ 410.000 e que o seu valor em uso era de R\$ 375.000. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o teste realizado indica que o valor recuperável do imóvel é, em R\$, de
- (A) 375.000, necessitando realizar a redução ao valor recuperável no valor de R\$ 25.000.
 - (B) 375.000, necessitando realizar a redução ao valor recuperável no valor de R\$ 35.000.
 - (C) 400.000, não necessitando realizar a redução ao valor recuperável.
 - (D) 410.000, necessitando realizar a redução ao valor recuperável no valor de R\$ 10.000.
 - (E) 410.000, não necessitando realizar a redução ao valor recuperável.
-
35. Uma entidade pública recebeu materiais de escritório em doação que foram registrados no estoque da entidade para uso em suas atividades. De acordo com a NBC TSP 04, para o reconhecimento inicial dos materiais como estoques a entidade deve ter utilizado como base de mensuração o
- (A) valor justo na data do recebimento dos materiais.
 - (B) valor em uso.
 - (C) valor do custo.
 - (D) valor justo líquido de despesas de vendas em 31/12/2024.
 - (E) menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.



36. Em 16/10/2024, foi assinado um contrato para a prestação de serviços de limpeza no valor de R\$ 7.000. A realização do empenho, da liquidação e do pagamento relativos aos serviços contratados ocorrem pelo valor do contrato, respectivamente, nas datas de 21/10/2024, 30/10/2024 e 04/11/2024. A prestação dos serviços ocorreu entre os dias 27/10/2024 e 29/10/2024. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o
- (A) resultado patrimonial da entidade pública é negativamente modificado em 16/10/2024.
 - (B) resultado da execução orçamentária da entidade pública é negativamente modificado em 04/11/2024.
 - (C) resultado patrimonial da entidade pública é negativamente modificado em 30/10/2024.
 - (D) resultado da execução orçamentária da entidade pública é negativamente modificado em 21/10/2024.
 - (E) empenho representa o momento do fato gerador dessa despesa pelo regime de competência.

Contabilidade Tributária

37. Conforme dita a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, não serão retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata essa Instrução Normativa nos pagamentos efetuados às seguintes entidades:
- I. Templos de qualquer culto.
 - II. Partidos políticos.
 - III. Condomínios edilícios, desde que comprovem ausência de finalidade lucrativa por meio de estatuto registrado.
 - IV. Sindicatos, federações e confederações de empregadores.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.

38. O município Santo Paulo realizou obras públicas e ocasionou a valorização de alguns dos imóveis nas proximidades, da seguinte maneira:
- O imóvel "Alpha", que valia R\$ 500.000,00 antes das obras, foi valorizado em R\$ 300.000,00, passando a valer R\$ 800.000,00.
 - O imóvel "Beta", que valia R\$ 400.000,00 antes das obras, foi valorizado em R\$ 200.000,00, passando a valer R\$ 600.000,00.
 - O imóvel "Delta" não teve valorização alguma em decorrência das obras realizadas, mantendo seu valor de R\$ 200.000,00.
 - O imóvel "Gamma", que valia R\$ 300.000,00 antes das obras, foi valorizado em R\$ 100.000,00, passando a valer R\$ 400.000,00.
- As valorizações ocorreram exclusivamente por conta da ação pública.
- O custo total da obra foi de R\$ 400.000,00.
- Caso o município cobre contribuição de melhoria,
- (A) somente os proprietários dos imóveis "Alpha", "Beta" e "Gamma" poderão ser cobrados pela contribuição de melhoria, até o limite de R\$ 400.000,00.
 - (B) a municipalidade poderá exigir do proprietário do imóvel "Gamma" a contribuição de melhoria no valor de R\$ 150.000,00, pois o custo da obra não foi alcançado.
 - (C) os proprietários dos imóveis "Alpha", "Beta" e "Gamma" poderão ser cobrados, respectivamente, R\$ 300.000,00, R\$ 200.000,00 e R\$ 100.000,00 a título de contribuição de melhoria.
 - (D) os proprietários de todos os imóveis deverão pagar contribuição de melhoria.
 - (E) havendo formalização da exigência da contribuição de melhoria por meio de Lei Complementar, os proprietários dos imóveis poderão ser cobrados.



39. Analise as alternativas:

- I. O transporte, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores no limite geográfico de um município não é causa de incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- II. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) não incide, categoricamente, sobre pagamentos realizados no exterior.
- III. O produto da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) instituída sobre comercialização de gás natural pode ser destinado para o pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiros.
- IV. A compensação de bases de cálculo negativas da CSLL poderá reduzir o lucro líquido ajustado do período em até 20%. Para contribuintes identificados como microempreendedores, não é obrigatória a manutenção dos livros e documentos fiscais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

40. Determinado órgão da Administração Pública Federal contratou a empresa *Serviços de Limpeza Ltda.* para a prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação em suas dependências administrativas, mediante cessão de mão de obra. Em janeiro de 2025, a *Serviços de Limpeza Ltda.* emitiu uma nota fiscal no valor bruto de R\$ 50.000,00 pelos serviços prestados naquele mês. Considerando a normativa sobre a obrigação de retenção da contribuição previdenciária, deve o órgão:

- (A) Reter 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, transferindo os valores aos trabalhadores cedidos para que esses efetuem os recolhimentos em seus respectivos nomes.
- (B) Dispensar a retenção, pois os serviços de limpeza e conservação não se enquadram expressamente como “cessão de mão de obra” para os fins da legislação previdenciária.
- (C) Reter 15% sobre o valor bruto da nota fiscal, a título de contribuição previdenciária, e recolher em nome próprio, visto que é a tomadora dos serviços.
- (D) Pagar o valor integral da nota fiscal à *Serviços de Limpeza Ltda* pois a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre a mão de obra cedida é exclusiva da empresa prestadora dos serviços.
- (E) Reter 11% sobre o valor bruto da nota fiscal e recolher a importância retida em nome da empresa cedente da mão de obra.

41. Sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb):

- (A) A DCTFWeb mensal, relativa aos fatos geradores ocorridos em janeiro de 2025, deve ser apresentada até o dia 31 de maio de 2025.
- (B) A apresentação da DCTFWeb deve ser realizada, como regra geral, de forma descentralizada por cada estabelecimento filial da pessoa jurídica.
- (C) A DCTFWeb apresentada constitui um mero informativo fiscal, não sendo considerada confissão de dívida para fins de exigência dos tributos.
- (D) Os produtores rurais pessoas físicas estão obrigados a apresentar a DCTFWeb quando contratarem trabalhador segurado do RGPS.
- (E) O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da apresentação da DCTFWeb em qualquer hipótese.

Auditoria Governamental

42. No que se refere à evidência de auditoria apropriada e suficiente e ao risco de auditoria:

- (A) Para obter segurança razoável, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável, possibilitando a ele conter distorções relevantes e nelas basear a sua opinião.
- (B) Asseguração razoável implica um nível completo de segurança, exigindo que o auditor reduza o risco de auditoria a zero, garantindo que as demonstrações contábeis estão totalmente livres de distorções relevantes.
- (C) O risco de detecção é definido como o risco de que os procedimentos do auditor, ao serem aplicados, introduzam uma distorção relevante nas demonstrações contábeis que anteriormente não existia.
- (D) O risco de auditoria abrange também o risco de negócio do auditor, como perdas decorrentes de litígios ou publicidade adversa relacionados à auditoria das demonstrações contábeis.
- (E) A adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade de evidência obtida, sendo afetada pela avaliação dos riscos de distorção relevante, enquanto a suficiência refere-se à qualidade dessa evidência.



43. Em relação à comunicação de deficiências de controle interno, o auditor deve comunicar as deficiências significativas identificadas durante a auditoria:
- (A) Somente à administração, por escrito ou verbalmente, dependendo da relevância.
 - (B) Somente se tais deficiências resultarem em distorção relevante já identificada nas demonstrações contábeis.
 - (C) Apenas verbalmente à administração, no nível apropriado de responsabilidade.
 - (D) Tempestivamente por escrito aos responsáveis pela governança.
 - (E) Apenas verbalmente aos responsáveis pela governança, como comunicação preliminar.
-
44. Sobre o planejamento, execução, documentação e responsabilidades inerentes à atividade de Auditoria Interna:
- (A) A competência técnico-profissional do auditor interno exige manter-se atualizado primordialmente sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo secundário o conhecimento da legislação aplicável à entidade ou de conceitos e técnicas administrativas, e sua autonomia profissional pode ser flexibilizada dependendo de sua posição funcional na organização.
 - (B) O relatório da Auditoria Interna, documento que expressa o resultado dos trabalhos, deve focar exclusivamente nos fatos constatados e nas evidências encontradas, sendo opcional incluir a metodologia adotada, as limitações ao alcance dos procedimentos ou os riscos associados aos fatos, e sua confidencialidade deve ser mantida apenas durante a vigência do contrato do auditor.
 - (C) O planejamento das atividades da Auditoria Interna deve considerar fatores pertinentes, tais como o conhecimento aprofundado das atividades operacionais e financeiras da entidade, bem como o nível de confiabilidade dos sistemas de controle interno.
 - (D) Os papéis de trabalho, obrigatoriamente elaborados em meio eletrônico, constituem principalmente um guia para a execução dos procedimentos.
 - (E) Ao lidar com fraude e erro, a Auditoria Interna tem como principal objetivo detectar as irregularidades, devendo confirmar a sua ocorrência e reportá-las imediatamente à alta administração por comunicação verbal, focando nos erros que, por serem atos intencionais de omissão ou manipulação de transações, apresentam maior chance de dano grave.
-
45. Um auditor independente está conduzindo a auditoria das demonstrações contábeis da empresa *Contábeis S.A.*. Durante os trabalhos, o auditor conclui que as contas a receber de clientes estão materialmente superavaliadas devido à inadequação da provisão para perdas esperadas, porém, avalia que os efeitos dessa distorção, apesar de relevantes, não são generalizados para as demonstrações contábeis como um todo. A administração da *Contábeis S.A.* recusa-se a ajustar a provisão. Adicionalmente, o auditor identifica que a avaliação da recuperabilidade de um significativo ativo intangível com vida útil indefinida (resultante de uma combinação de negócios anterior) envolveu julgamentos complexos e estimativas com alto grau de incerteza, exigindo atenção significativa do auditor. Por fim, após a data das demonstrações contábeis, mas antes da data do relatório do auditor, a auditada concluiu a aquisição de uma nova subsidiária relevante, evento este que foi apropriadamente divulgado em nota explicativa pela administração, sendo considerado pelo auditor como fundamental para o entendimento da posição patrimonial futura da entidade pelos usuários.
- Considerando exclusivamente as informações apresentadas, a estrutura e o conteúdo do relatório do auditor independente que melhor se adequa ao caso narrado seria uma
- (A) opinião com ressalva devido à distorção nas contas a receber, e um parágrafo de “Ênfase” descrevendo tanto a questão do ativo intangível quanto a aquisição da subsidiária, não sendo necessária a seção de “Principais Assuntos de Auditoria”, já que os assuntos mais relevantes estão cobertos na opinião e na ênfase.
 - (B) opinião com ressalva, justificada na seção “Base para opinião com ressalva” pela distorção relevante nas contas a receber; um parágrafo de “Ênfase” chamando atenção para a nota explicativa sobre a aquisição da subsidiária; e uma seção “Principais Assuntos de Auditoria” descrevendo a avaliação do ativo intangível e fazendo referência à seção “Base para opinião com ressalva” quanto ao assunto das contas a receber.
 - (C) opinião adversa, dada a recusa da administração em corrigir a distorção relevante nas contas a receber, e uma seção de “Principais Assuntos de Auditoria – PAA” descrevendo apenas a questão do ativo intangível, pois assuntos que geram opinião modificada não podem ser comunicados como PAA.
 - (D) abstenção de opinião, pois a combinação da distorção relevante não corrigida e a incerteza significativa na avaliação do ativo intangível impossibilitam o auditor de formar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis como um todo, não sendo necessário incluir parágrafo de ênfase ou PAA neste caso.
 - (E) opinião não modificada, acompanhada de um parágrafo de “Outros Assuntos” descrevendo a distorção nas contas a receber e um parágrafo de “Ênfase” para a aquisição da subsidiária, além da seção de “Principais Assuntos de Auditoria” para o ativo intangível.
-
46. Sobre auditoria no setor público:
- (A) A execução dos trabalhos de auditoria deve seguir procedimentos definidos pelas NAGs, abrangendo etapas como planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento das recomendações.
 - (B) A principal finalidade da auditoria governamental é responsabilizar penalmente os gestores públicos por falhas encontradas na aplicação dos recursos.
 - (C) A auditoria de regularidade limita-se à verificação da conformidade legal dos atos administrativos, sem examinar demonstrações contábeis ou sistemas de controle interno.
 - (D) A auditoria operacional tem como foco exclusivo os aspectos financeiros e patrimoniais dos entes auditados.
 - (E) As Normas de Auditoria Governamental (NAGs) são aplicáveis apenas aos Tribunais de Contas estaduais, não sendo exigidas no âmbito federal.

**Administração Orçamentária e Financeira**

47. De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal de um ente público referente ao último bimestre do exercício financeiro de 2024 integra o Relatório
- (A) de Gestão Fiscal, que deve ser elaborado pelo representante do Poder Executivo, abrangendo dados de todos os poderes e órgãos das Administrações Direta e Indireta do referido ente.
 - (B) de Gestão Fiscal e contribui para verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que acompanha o Orçamento Fiscal referente ao exercício financeiro de 2024.
 - (C) Resumido da Execução Orçamentária, que deve ser elaborado pelos representantes de todos os poderes e órgãos das Administrações Direta e Indireta do referido ente e publicado até 28/02/2025.
 - (D) Resumido da Execução Orçamentária e contribui para verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2024.
 - (E) de Gestão Fiscal, que deve ser elaborado pelos representantes de todos os poderes e órgãos das Administrações Direta e Indireta do referido ente e publicado até trinta dias após o encerramento desse bimestre.
-
48. A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2025 de um ente público, de acordo com
- (A) a Lei Complementar nº 101/2000, deve estabelecer o montante destinado à reserva de contingência, definido com base na receita orçamentária total arrecadada no exercício financeiro de 2024 evidenciada em demonstrativo bimestral que abranja todos os órgãos do referido ente e integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (B) a Lei Complementar nº 101/2000, deve estabelecer o montante destinado à reserva de contingência, definido com base na receita orçamentária total arrecadada no exercício financeiro de 2024 evidenciada em demonstrativo quadrimestral que abranja todos os órgãos do referido ente e integra o Relatório de Gestão Fiscal.
 - (C) o Ementário da Classificação por Natureza de Receita, deve apresentar receitas previstas com multas e juros de mora decorrentes do recebimento em atraso de alienações de automóveis anteriormente utilizados em serviços administrativos por entidade do referido ente classificadas, quanto à categoria econômica, como Receitas de Capital.
 - (D) a Lei nº 4.320/1964, pode conter autorização ao Poder Executivo do referido ente para abrir créditos suplementares até determinado valor, sendo que a abertura desses créditos pode utilizar como fonte de recursos, desde que não comprometidos, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 31/12/2024.
 - (E) a Constituição Federal de 1988, respeita o princípio orçamentário da exclusividade ao apresentar a previsão de receitas e a fixação de despesas orçamentárias, bem como ao conter dispositivo que autoriza a abertura de créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica nessa lei.
-
49. Quanto à classificação orçamentária, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que a despesa destinada à
- (A) amortização do principal da dívida pública e dos respectivos juros e encargos classifica-se, quanto à categoria econômica, como 4 – Despesa de Capital.
 - (B) manutenção mensal preventiva e corretiva de veículos oficiais de uma entidade pública classifica-se, quanto à estrutura programática, como Atividade.
 - (C) contratação de serviços de telefonia com pacote de dados de internet classifica-se, quanto ao elemento de despesa, como 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
 - (D) aquisição de veículos novos para utilização no transporte de servidores classifica-se, quanto ao grupo de natureza da despesa, como 5 – Inversões Financeiras.
 - (E) aquisição de veículos novos para utilização no transporte de servidores classifica-se, quanto à estrutura programática, como Operação Especial.
-
50. O Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expõe
- (A) superávit de execução orçamentária total de R\$ 236.000,00, quando as receitas lançada e arrecadada totalizam R\$ 317.000,00 e R\$ 754.000,00, respectivamente, e as despesas empenhada e paga totalizam R\$ 542.000,00 e R\$ 518.000,00, respectivamente.
 - (B) saldo total da dotação de R\$ 79.000,00, quando as dotações inicial e atualizada totalizam R\$ 560.000,00 e R\$ 621.000,00, respectivamente, e as despesas empenhada e paga totalizam R\$ 542.000,00 e R\$ 518.000,00, respectivamente.
 - (C) insuficiência de arrecadação total de R\$ 169.000,00, quando as previsões inicial e atualizada totalizam R\$ 560.000,00 e R\$ 585.000,00, respectivamente, e as receitas lançada e arrecadada totalizam R\$ 317.000,00 e R\$ 754.000,00, respectivamente.
 - (D) saldo total da dotação de R\$ 103.000,00, quando as dotações inicial e atualizada totalizam R\$ 560.000,00 e R\$ 621.000,00, respectivamente, e as despesas empenhada e paga totalizam R\$ 542.000,00 e R\$ 518.000,00, respectivamente.
 - (E) excesso de arrecadação total de R\$ 194.000,00, quando as previsões inicial e atualizada totalizam R\$ 560.000,00 e R\$ 585.000,00, respectivamente, e as receitas lançada e arrecadada totalizam R\$ 317.000,00 e R\$ 754.000,00, respectivamente.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. [...] 11.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

Considere as transações descritas nos itens a seguir sobre despesas de uma entidade pública extraídas do seu sistema de contabilidade.

- I. Empenho de despesa em 25/11/2024 com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica pelo valor total de R\$ 14.000,00. O serviço, referente à limpeza de fachadas envidraçadas com equipamento apropriado, foi integralmente prestado à entidade pública em dezembro de 2024, mês em que a liquidação da despesa foi efetuada pelo valor total empenhado. O pagamento foi integralmente efetuado em 06/01/2025 pelo valor total empenhado.
- II. Empenho de despesa em 16/12/2024 com Equipamentos e Material Permanente pelo valor total de R\$ 11.300,00. A despesa se refere à aquisição de materiais bibliográficos que deve compor a biblioteca interna da entidade pública, sendo que os itens da biblioteca são utilizados para consulta dos próprios servidores da entidade na execução de suas atividades. Todos os materiais foram recebidos pela entidade pública em 20/12/2024 e, nesta data, efetuou-se o registro do crédito empenhado em liquidação. A liquidação e o pagamento da despesa ocorreram em 06/01/2025 e 15/01/2025, respectivamente, pelo valor total empenhado.
- III. Pagamento de despesa em 15/01/2024 pelo valor total de R\$ 81.000,00. A despesa se refere à aquisição de um veículo novo para ser utilizado pelos servidores da entidade pública na prestação de serviços à população. A nota de empenho para a aquisição foi emitida em 02/10/2023, pelo valor total de R\$ 81.000,00; e a liquidação da despesa, pelo valor total empenhado em outubro de 2023, ocorreu em 12/12/2023, concomitante ao recebimento do veículo pela entidade pública.
- IV. Devolução em 22/10/2024 de depósito em caução em dinheiro pelo valor total de R\$ 17.000,00. Este valor total foi recebido em 09/10/2023.
- V. Baixa de provisão para riscos trabalhistas e registro do passivo correspondente em 11/11/2024 pelo valor total de R\$ 172.000,00. O reconhecimento inicial dessa provisão ocorreu em 07/08/2023 pelo valor total de R\$ 170.000,00.

Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, responda ao que se pede:

- a. Determine o impacto total no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2024. Apresente o cálculo que justifique a sua resposta.
- b. Determine o impacto total no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2024. Apresente o cálculo que justifique a sua resposta.
- c. Determine o impacto total no resultado financeiro referente ao ano de 2024. Apresente o cálculo que justifique a sua resposta.
- d. Indique a classificação orçamentária quanto à categoria econômica das despesas descritas nos itens I e II.
- e. Explique como o item III deve ser exposto nos balanços orçamentários referentes aos exercícios financeiros de 2023 e 2024.

Observação: É necessário informar na sua resposta, obrigatoriamente, a letra que está sendo respondida.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	